

SERVIDOR

Paloma Savedra



A UNIÃO recebe propostas de empresas interessadas em fornecer desktops, notebooks e monitores. A licitação será no dia 20. O desembolso para a compra centralizada dos 268 mil equipamentos será de R\$ 1,2 bilhão, segundo o Ministério da Economia.

■ site: [www.odia.ig.com.br/colunas/servidor](http://www.odia.ig.com.br/colunas/servidor)

■ e-mail: [paloma.savedra@odia.com.br](mailto:paloma.savedra@odia.com.br)

# Justiça terá enxurrada de ações se a PEC passar

Entidades prometem ofensiva se a reforma não for alterada no Congresso

Se a proposta de reforma administrativa for aprovada pelo Congresso Nacional como está, o funcionalismo promete uma enxurrada de ações na Justiça para barrar a medida. A PEC 32/20, que muda o RH de todo o país (União, estados e municípios), prevê o fim da estabilidade e de diversos benefícios para futuros funcionários públicos.

Porém, o texto também tem brechas para que a extinção de adicionais por tempo de serviço (como triênio), licença-prêmio, progressões automáticas e outros benefícios alcance os atuais servidores, como aponta um estudo divulgado na última quinta-feira pela Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público.

Para a coordenadora-geral da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário nos Estados (Fenajud), Sandra Silvestrini, a PEC apresenta vícios de inconstitucionalidade. Integrante do Movimento A Serviço do Brasil, Silvestrini disse que o objetivo dessa mobilização “é de ir até o final na proteção do serviço público e da sociedade”.



DIVULGAÇÃO/STF

Estudo aponta trechos da proposta que afetam atuais servidores; Fonacate promete procurar o STF

## ‘Se o texto não mudar, vamos ao Supremo’

► “Uma vez aprovada a PEC, terá que se recorrer à Justiça, porque já se percebe que há vícios de inconstitucionalidade”, declarou a coordenadora da Fenajud.

Ela acrescentou que a ação será para proteger a qualidade dos serviços

públicos e a sociedade. Silvestrini citou que a estabilidade, por exemplo, é uma garantia para a própria população, pois permite o trabalho independente do funcionário público.

Presidente do Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudi-

nei Marques declarou que “da forma como foi redigida, a reforma administrativa atinge durante os atuais servidores”. “Vamos tentar corrigir isso na tramitação. Se não for possível, vamos ao Supremo Tribunal Federal (STF)”, afirmou Marques.

### DÉCIMO TERCEIRO DA UNIÃO

#### Crédito sairá em 1º de dezembro

■ O funcionalismo federal receberá a segunda parcela do 13º salário no mesmo prazo dos últimos anos: em 1º de dezembro. Segundo o Ministério da Economia, o valor será pago junto com a folha salarial do mês de novembro.

A primeira parte da gratificação foi quitada em junho para mais de 1 milhão de vínculos da União: são cerca de 600 mil servidores em atividade,

430 mil inativos e 238 mil pensionistas. Do total de ativos, 100 mil estão no Estado do Rio.

Em relação ao montante, a pasta informou que “os valores só serão conhecidos após o processamento, pois no cálculo será feita a apuração do saldo, descontando-se o que foi recebido por ocasião das férias ou quando do pagamento da primeira parcela em julho de 2020”.

ESTEFAN RADOVICZ



Funcionalismo federal recebe pelo Banco do Brasil ou pela Caixa

### NO RIO

#### Datas ainda não foram fechadas

■ Já no Estado e no Município do Rio - que sofreram impacto financeiro com a pandemia -, ainda não há um calendário fechado de pagamento do décimo terceiro. Porém, há sinalizações. Para os servidores fluminenses, a garantia de uma data do pagamento está cada

vez mais próxima. Nos bastidores, a expectativa é de que o crédito saia em dezembro. E a prefeitura vem informando que “trabalha para pagar o 13º conforme a legislação vigente, ou seja, até dezembro deste ano”. A lei prevê que o depósito seja feito até 20 de dezembro.



**VEREADOR**  
**CESAR MAIA**  
**25.500**

**SERVIDOR PÚBLICO NÃO É DESPESA. É INVESTIMENTO!**

**DEMOCRATAS**

**FOREVER GESTÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA**  
**CNPJ/MF Nº 05.116.723/0001-74 - NIRE 33.2.0726077-7**  
**ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE SÓCIOS**

Data, Hora e Local: Em 12/08/2020, às 14:00 horas, na sede da Sociedade, Composição da Mesa: Presidente: OSVALDO GONÇALVES; Secretária: ANDREIA SOARES BARBOSA GONÇALVES. Presenças: A totalidade dos Sócios. Ordem do Dia: Deliberar sobre a redução de capital da Sociedade. Deliberações: Reduzir o capital social, conf. Artigo 1.084, §§ 1º e 2º da Lei nº 10.406/02 de R\$ 4.275.784,00 para R\$ 4.209.713,80, representando uma redução de R\$ 66.070,40. A redução do capital será efetivada mediante a Rerratificação por erro material na Cláusula 1ª da 6ª Alteração do contrato social, onde foi estabelecido o aumento do capital da Sociedade e sua forma de integralização, houve equívoco nos valores e bens integralizados, de modo que Rerratificação tem como objetivo a desincorporação do imóvel localizado na Rua da Praia casa 16, Lote 2B – Bairro I. Porto Frade - Angra dos Reis - RJ -, no valor global de R\$ 66.070,40, que será devolvido nesta data ao sócios OSVALDO GONÇALVES E ANDREIA SOARES BARBOSA GONÇALVES. Encerramento e aprovação da Ata: Encerrados os trabalhos e inexistindo qualquer outra deliberação ou manifestação, foi lavrada a presente Ata que, após lida e aprovada, foi assinada pelo Presidente, pela Secretária e por todos os sócios-quotistas. Sr OSVALDO GONÇALVES / Presidente da Reunião / Sócio quotista -Sra. ANDREIA SOARES BARBOSA GONÇALVES / Secretária da Reunião/ Sócia quotista. -Sr. RICARDO SOARES BARBOSA GONÇALVES/ Sócio quotista – Sra. KARINA SOARES BARBOSA GONÇALVES/ Sócia quotista.

**COMUNICADO PÚBLICO**

A CLARO S.A. comunica aos seus clientes do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, na modalidade Local, que falhas em equipamentos impediram a prestação regular do serviço a alguns de seus usuários da localidade de Barra do Piraí - RJ no dia 08/11/2020, a partir das 10h35 (horário de Brasília). A CLARO S.A. adotou imediatamente todas as providências necessárias para a regularização do serviço, normalizando-o integralmente às 12h08 (horário de Brasília).

**Sua Cidade**  
**Seu canal de Notícias**

**Sua Cidade é destaque no O DIA todos os dias. DUQUE DE CAXIAS tem um canal de notícias exclusivo!**



**ODIA** Aponte a câmera do seu celular e confira.



# Pedágio na Ponte Rio-Niterói fica mais caro a partir de hoje

Reajuste foi aprovado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres

A partir de hoje, a tarifa do pedágio da Ponte Rio-Niterói vai ficar mais cara. A tarifa básica de carros, por exemplo, aumentou em R\$ 0,30, passando de R\$ 4,30 para R\$ 4,60. Motociclistas agora pagam R\$ 2,30. Caminhões leves e ônibus passam a pagar R\$ 9,20.

O reajuste foi publicado na quinta-feira, no



Ponte Rio-Niterói: a tarifa básica de carros passou para R\$ 4,60

### AS NOVAS TARIFAS

■ Automóvel, caminhonete e furgão (rodagem simples): R\$ 4,60	(rodagem dupla): R\$ 9,20	dupla): R\$ 13,80	■ Caminhão com reboque e caminhão com semi-reboque (5 eixos): R\$ 23,00
■ Motocicletas e triciclos: R\$ 2,30	■ Automóvel com semi-reboque e caminhonete com semi-reboque: R\$ 6,90	■ Automóvel com reboque e caminhonete com reboque: R\$ 9,20	■ Caminhão com reboque e caminhão com semi-reboque (6 eixos): R\$ 27,60
■ Caminhão leve, caminhão trator, ônibus e furgão	■ Ônibus, caminhão, caminhão trator, caminhão trator com semi-reboque (rodagem	■ Caminhão com reboque e caminhão com semi-reboque (4 eixos): R\$ 18,40	

# Locação de festas: confira direitos

Lei diz como consumidor deve agir em remarcação e cancelamento pela pandemia

O Diário Oficial do Estado publicou, ontem, a lei que determina, em função da pandemia de covid-19, que as locações de casas de festas e buffets poderão ser remarçadas a pedido do consumidor e em comum acordo entre as partes contratantes. O texto complementa a Lei 8.919/2020, que já estabelecia o reagendamento de eventos com aglomeração de pessoas, mas não especificava regras para as casas de festas e buffets. A medida valerá por seis meses, podendo ser renovada pelo mesmo período, en-

quanto durar a propagação do coronavírus.

Caso o consumidor escolha o cancelamento do serviço, o prazo será de até um ano para o reembolso do valor relativo à locação da casa de festa ou buffet, a partir do dia 1º de janeiro de 2021, observadas as regras de serviço contratado. Será possível optar pela concessão de crédito, no valor do preço pago à época da contratação, com prazo de utilização de dois anos.

Segundo o texto, as casas de festas e buffets deverão remar-

car a data do evento nas mesmas condições previstas para qualquer data disponível, conforme agendamento prévio a ser realizado pelo fornecedor do serviço, até um ano a contar do primeiro agendamento. A lei prevê a isenção de pagamento de qualquer taxa extra, multa ou reajuste anual para a alteração.

A advogada especialista em Direito do Consumidor Cátia Vita diz que o consumidor precisa ficar atento para não perder o prazo de notificar a casa de festas e o buffet. “A lei

prevê que o consumidor deverá notificar o fornecedor do serviço por escrito, por meio de carta ou telegrama ou qualquer outro meio hábil, com a antecedência de 30 dias para ter a possibilidade de remarcar daqui a 12 meses, a partir da contratação, ou pedir a devolução dos valores”, afirma. O descumprimento da norma acarretará em sanções previstas pelo Código de Defesa do Consumidor.

Reportagem da estagiária **Leticia Moura**, sob supervisão de **Marina Cardoso**